CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

SEM FUNDAMENTAÇÃO

TCE-GO suspende redução de tarifa de vistoria veicular no Detran de Goiás

A cautelar atende a uma representação da empresa Sanperes Avaliação e Vistorias em Veículos Ltda., apontando falta de fundamento legal na redução da tarifa, com violação dos termos do edital e do contrato

Divulgação



ROTA JURÍDICA - O Tribunal de Contas do Estado suspendeu a Resolução Normativa nº 0151/2019-CR, da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), que reduziu a tarifa da vistoria veicular no Detran-GO. A decisão foi tomada por medida cautelar autorizada pelo Pleno do TCE-GO no Acórdão nº 1095/2019, relatado pelo conselheiro Sebastião Tejota na última quarta-feira (10) e tem validade até decisão definitiva do tribunal.

A cautelar atende a uma representação da empresa Sanperes Avaliação e Vistorias em Veículos Ltda., apontando falta de fundamento legal na redução da tarifa, com violação dos termos do edital e do contrato. A denunciante alega violação à cláusula 3ª, item 30, do Contrato nº 2/2015, que trata dos valores de tarifa estabelecidos inicialmente na licitação, bem como o que fora decidido pela própria AGR no que tange aos reajustes.

COMO FOI A REDUÇÃO

No início do ano, o Detran solicitou à AGR estudo para que fosse reduzido o preço da tarifa atualmente praticada, obtendo resposta pela limitação da tarifa de R$ 175,76 para R$ 108,00, ou seja, uma restrição de mais de 38%.

O relator explicou que verificou os requisitos que autorizam a adoção da medida cautelar, pelo receio de grave lesão ao erário ou risco de ineficácia da decisão de mérito, haja vista a vigência no preço da tarifa. Tejota determinou a intimação dos presidentes da AGR, Eurípedes Barsanulfo da Fonseca, e do Detran, Marcos Roberto Silva, para ciência e cumprimento, bem como, apresentar as razões de justificativa acerca da representação formulada.

AUDITORIA

Em análise de quatro outros processos, o conselheiro Tejota também tratou dos serviços de vistoria veicular, técnica e óptica. Condensados em um único acórdão (1894/2019), a decisão trata da fiscalização do edital de licitação da Concorrência nº 1/2014 do Detran; de representação das empresas de vistoria Ampla e Vistan; denúncia do Sindicato das Empresas Credenciadas em Vistorias Veiculares e Instituições Técnicas Licenciadas do Estado de Goiás; e relatório de auditoria de regularidade sobre as vistorias.

No mérito, o TCE-GO reconheceu a possibilidade jurídica da delegação dos serviços de vistoria veicular, mas julgou improcedente a representação proposta. Para o relator, a simples exigência da portaria não é suficiente para caracterizar sua irregularidade. Quanto à denúncia do Sindicato, o procedimento foi arquivado pela possibilidade jurídica da delegação dos serviços de vistoria.

Diante dos resultados do relatório de auditoria analisado nos autos, que apontou o descumprimento de obrigação formal prevista em lei por não exercer a fiscalização sobre a Comissão Gestora do Contrato, o relator decidiu multar, individualmente, no valor de R$ 7.042,22, os ex-presidentes do Detran-GO João Furtado, no período entre 30/12/2013 a 29/12/2015, e Manoel Xavier Ferreira Filho, entre 30/12/2015 e 09/04/2018.

Também multou, no mesmo valor, os presidentes da Comissão, Assis Silva Neto, no período de 27/04/2015 a 28/08/2015 e Júlio César Mota Fernandes, de 03/05/2016 até a presente data, por não controlar as vistorias realizadas e o cálculo da receita bruta além de não acompanhar os repasses feitos ao Detran-GO. Já a concessionária Sanperes Avaliação e Vistorias em Veículos Ltda foi multada em R$ 14.084,44 por realizar repasses em valores inferiores àqueles devidos ao Detran-GO.

Como determinação ao Detran-GO, na pessoa do atual presidente Marcos Roberto Silva, providências para que a Comissão Gestora do Contrato readeque o instrumento contratual, indicando claramente os bens reversíveis e suas características, revisão do quantitativo de vistorias realizadas, apurando seu número exato, no período de maio de 2015 a julho de 2016, instituição de comissão para elaborar Manual de Fiscalização e Gestão do Contrato de Concessão nº002/2015, com padronização de procedimentos e documentos e implementação de mecanismos garantindo que os fiscais e gestores de contrato detenham a qualificação técnica necessária para o exercício de suas atividades e manutenção das suas habilidades e competências.

O POPULAR (15/07)

Educação tem a menor média de aposentadoria

PREVIDÊNCIA Servidores da Seduc recebem cinco vezes abaixo da média dos benefícios inseridos na folha da Secretaria da Economia

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

Os servidores da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) recebem, em média, R$ 3.635,86 de aposentadoria, o menor valor entre todos os órgãos do Estado de Goiás. Dados da Secretaria de Administração (Sead) mostram que professores ganham cerca de R$ 4.423,79, funcionários administrativos da Seduc, R$ 1.587,67, e a categoria classificada como "apoio administrativo diverso", formada por 286 pessoas, tem aposentadoria, em média, de R$ 5.409,81.

Em toda a Seduc são 35.716 aposentados, maior número entre todas as pastas do Estado. A média de idade é de 68 anos. O valor pago aos servidores da Educação é cinco vezes menor que o benefício dos funcionários da Secretaria da Economia, que recebem R$ 19.811,85, a maior média do Estado. A categoria que puxa o valor é a de auditores fiscais, que têm aposentadoria de cerca de R$ 30.867,01.

A segunda menor aposentadoria do Estado é dos funcionários da Secretaria da Saúde. Na pasta, os 4.065 inativos recebem, em média, R$ 4.276,70. Dados da Sead mostram que os aposentados que trabalham na área fim da pasta, como médicos e enfermeiros, recebem, em média, R$ 4.622,59. Já os servidores de apoio administrativo têm aposentadoria de R$ 1.579,21. Na saúde, a média de idade dos servidores aposentados também é de 68 anos.

Entre as categorias, o maior valor médio de aposentadoria é dos procuradores, que recebem R$ 33.973,64. O segundo maior valor é dos delegados de polícia, que ganham R$ 30.969,24. Em todo o Estado, a média de aposentadoria é de R$ 5.870,52.

Goiás tem 55.167 servidores públicos aposentados e 11.572 pensionistas. Como mostrou reportagem do POPULAR na semana passada, a folha de inativos do Estado custa R$ 425 milhões todos os meses.

Membro da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), Iêda Leal afirma que os dados retratam a realidade em que os profissionais da Educação vivem, com salários considerados baixos pela categoria. "O número não nos surpreende. Nossa categoria é formada principalmente por mulheres que sustentam suas famílias e muitas pessoas se aposentam antes por causa de problemas de saúde, pois adoecem ao longo do tempo de trabalho", afirma.

A presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde de Goiás, Flaviana Alves, afirma que o cenário atual é melhor do que era até 2014, quando foi aprovado um plano de carreira para ativos e inativos. Antes disso, a categoria aposentava com cerca de R$ 2.700. Segundo Flaviana, nova proposta de melhoria de salários foi apresentada, mas o sindicato recebeu como resposta que o governo não tem dinheiro no momento.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sindifisco-GO), Paulo Sérgio dos Santos Carmo, a categoria aguarda ainda o pagamento da data-base dos anos de 2018 e 2019, que juntas chegam aproximadamente a 6%. "O servidor ativo e inativo contribui, conforme prevê a Constituição Federal. O servidor não é responsável por déficit e má gestão", disse Paulo Sérgio.

Em nota, a Sead informou que qualquer negociação referente a carreira dos servidores estaduais é deliberada pelo Conselho Estadual de Políticas Salariais e Recursos Humanos. "O governo entende a importância da valorização dos servidores para o desenvolvimento do Estado, e se coloca sempre à disposição para dialogar com as categorias. É importante frisar que o governo enfrenta grave crise financeira, mas tem se empenhado e garantido o pagamento dos servidores em dia, promovendo economia e cortando na carne."

> *"Independentemente do valor da aposentadoria recebido, o servidor não é responsável por déficit e má gestão"*
>
> **Paulo Sérgio dos Santos Carmo, presidente do Sindifisco-GO**

Aposentadoria do servidor

Veja qual o valor, em média, funcionários públicos de cada categoria recebem em Goiás*

Órgão	Área de atuação	Quantidade de aposentados	Média da remuneração fixa*
Secretaria da Educação	Apoio Administrativo Diverso	286	R$ 5.409,81
	Apoio Administrativo da SEDUC	10.022	R$ 1.587,67
	Magistério (Professores)	25.408	R$ 4.423,79
	Média da Educação	**35.716**	**R$ 3.635,86**
Secretaria da Saúde	Apoio Administrativo	462	R$ 1.579,21
	Área Finalística	3.603	R$ 4.622,59
	Média da Saúde	**4.065**	**R$ 4.276,70**
Universidade Estadual de Goiás – UEG	Apoio Administrativo	94	R$ 4.709,26
	Docentes	125	R$ 8.103,76
	Média da UEG	**219**	**R$ 6.646,76**
Corpo de Bombeiros Militar	Oficiais	281	R$ 21.032,92
	Praças	319	R$ 9.201,55
	Média do CBM	**600**	**R$ 14.742,57**
Diretoria Geral de Administração Penitenciária	Apoio Administrativo	3	R$ 10.660,77
	Segurança Prisional**	22	R$ 9.879,58
	Média da DGAP	**25**	**R$ 9.973,32**
Polícia Civil	Apoio Administrativo	3	R$ 1.185,01
	Delegados de Polícia	328	R$ 30.969,24
	Média da Polícia Civil	**1.524**	**R$ 10.513,51**
Polícia Militar	Oficiais	1.732	R$ 20.752,61
	Praças	5.035	R$ 8.028,14
	Média da Polícia Militar	**6.767**	**R$ 11.284,94**
Secretaria da Segurança Pública	Apoio Administrativo	36	R$ 6.554,89
	Quadro da Polícia Técnico-Científica - SPTC	123	R$ 17.771,50
	Segurança Prisional**	19	R$ 10.518,42
	Média da SSP	**178**	**R$ 14.728,77**
Casa Militar	Pilotos	15	R$ 21.404,06
Média da Segurança Pública em Geral		**9.440**	**R$ 12.138,45**
Procuradoria-Geral do Estado	Apoio Administrativo	93	R$ 8.384,49
	Procuradores	67	R$ 33.973,64
	Média da PGE	**160**	**R$ 19.099,95**
Secretaria da Economia	Apoio Administrativo	134	R$ 7.402,71
	Apoio Fiscal Fazendário	680	R$ 9.137,31
	Fisco (Auditores Fiscais)	807	R$ 30.867,01
	Média da Economia	**1.621**	**R$ 19.811,85**
Demais Órgãos	Demais Servidores	3.946	R$ 6.437,39
Média Geral		**55.167**	**R$ 5.870,52**

*Considera toda remuneração do servidor, exceto 13º, diferenças e devoluções. **Área de atuação já pertenceu à SSP e os que se aposentaram na época são contabilizados no departamento. Fonte: Secretaria de Estado de Administração

GIRO



Marcos Nunes Carreiro

marcos.carreiro@opopular.com.br

Estado espera incremento de R$ 50 mi na receita em ação que envolve Petrobras

Em meio à dificuldade de pagamento da folha dos servidores, o Estado de Goiás espera incremento de receita de pelo menos R$ 50 milhões ainda neste ano, referente a autos de infração aplicados à Petrobras devido ao não recolhimento do ICMS Substituição Tributária (ICMS-ST) sobre a comercialização de óleos lubrificantes. A questão é alvo de ação movida pela Petrobras, que alega não ter responsabilidade no recolhimento. Já houve decisão favorável a Goiás no âmbito do Tribunal de Justiça (TJ-GO), mas a estatal recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que deve analisar o agravo em breve. A expectativa é de que a decisão seja favorável ao Estado, que já ganhou ação semelhante em maio deste ano, quando a estatal precisou pagar aproximadamente R$ 57 milhões para os cofres goianos.